



Justiça no Mundo: África do Sul, Gana e Libéria lideram em notas da África

Depois da era do Apartheid, a África do Sul desenvolveu relativamente bem o Estado de Direito. É o melhor da África Subsaariana. Gana vem em segundo lugar na região e ocupa o primeiro lugar entre os países de baixa renda do mundo. Uganda, país do ex-ditador Idi Amin Dada, está mal no *ranking* mundial (58º lugar), mas ainda à frente da Etiópia (60º), Quênia (61º), Camarões (62º lugar) e Libéria. Em 64º lugar no *ranking* mundial — atrás do Camboja e do Paquistão —, a Libéria se classifica em último lugar no mundo nas categorias “transparência e segurança jurídica” e “cumprimento das leis”.

As informações estão no relatório “Índice do Estado de Direito” (*Rule of Law Index*) da organização *The World Justice Project* (WJP), que se propõe a fazer uma radiografia da Justiça no mundo. Na edição de 2011, o relatório comparou a percepção do Estado de Direito em 66 países, de todas as regiões do planeta — clique [aqui](#) para ler o texto sobre o relatório e ver o *ranking* mundial da Justiça e do Estado de Direito no mundo.

A organização mede a percepção da população sobre a efetividade da Justiça. O relatório final, de 157 páginas, traz um *ranking* mundial, *rankings* regionais e *rankings* de grupos de nações por faixas de renda semelhantes. Cada *ranking* classifica os países utilizados como amostra pelo nível de respeito que cada nação atribui ao império da lei, em praticamente todas as áreas da Justiça.

O questionário foi dividido em nove fatores, desagregados em 52 subfatores (clique [aqui](#) para ler), escolhidos para “medir” a situação do Estado de Direito em seus países. Por serem dados derivados de opiniões de pessoas, o relatório usa reiteradamente a expressão “há uma percepção de que...”. Enfim, de posse dos dados, a WJP atribuiu pontuações de 0 a 1 para cada um dos fatores, o que resultou na pontuação conferida a cada país.

África do Sul

O país se posiciona bem na maioria dos critérios de Estado de Direito, como em mecanismos de limitações ao Executivo, cumprimento eficaz da lei e acesso à Justiça. O país está especialmente bem posicionado nessas áreas quando comparado com países em estágios similares de desenvolvimento econômico de outras partes do mundo. Outros pontos fortes são a independência do Judiciário e os direitos fundamentais dos cidadãos. A falta de segurança e a alta taxa de criminalidade, no entanto, continuam extremamente problemáticas (61º lugar, em 66 países pesquisados). De acordo com pesquisa popular, respondida por mil habitantes de Joanesburgo, Cidade do Cabo e Durban, 6% dos entrevistados relataram um caso de assassinato de alguém do lar nos últimos cinco anos. E 25% dos entrevistados se declararam vítimas de um assalto nos últimos três anos. Essas taxas estão entre as maiores do mundo. Outras fontes de muita preocupação na África do Sul são a forte atuação da “justiça paramilitar”, uma das mais fortes do mundo, a ineficiência do sistema de Justiça criminal e as más condições das instituições correcionais.

**África do Sul: Cidades pesquisadas: Joanesburgo, Cidade do Cabo e Durban**

Fatores para medir o Estado de Direito	Índice de 0 a 1	Ranking mundial 66 países pesquisados	Ranking regional 9 países pesquisados	Ranking 19 países renda média-alta
1 – Poderes limitados dos governos	0,62	25	2	3
2 – Ausência de corrupção	0,61	29	1	5
3 – Ordem e segurança	0,55	61	8	17
4 – Direitos fundamentais	0,65	30	2	7
5 – Governo aberto	0,56	24	1	4
6 – Cumprimento da lei	0,59	23	1	2
7 – Acesso à justiça civil	0,60	23	1	2
8 – Eficácia da justiça criminal	0,56	29	1	4

Gana

O país está na esteira da África do Sul, posicionando-se em segundo lugar na região e apresentando o melhor desempenho em efetividade da Justiça e respeito ao Estado de Direito entre os países de baixa renda. Gana dispõe de bons mecanismos de limitações ao Executivo e de equilíbrio entre os Poderes (19º lugar no mundo e 1º na região). Os órgãos da administração pública são relativamente eficazes e os níveis de corrupção são mais baixos do que os da maioria dos países da região. O sistema de Justiça civil é relativamente independente, mas ainda inacessível à maioria dos cidadãos. A alta taxa de

casos de corrupção judicial e de julgamento são áreas que requerem maior atenção das autoridades e da sociedade.

Gana: Cidades pesquisadas: Acra, Kumasi e Tamale

Fatores para medir o Estado de Direito	Índice de 0 a 1	Ranking mundial 66 países pesquisados	Ranking regional 9 países pesquisados	Ranking 19 países renda média-alta
1 – Poderes limitados dos governos	0,70	19	1	1
2 – Ausência de corrupção	0,49	41	3	1
3 – Ordem e segurança	0,65	47	3	4
4 – Direitos fundamentais	0,72	22	1	1
5 – Governo aberto	0,49	31	2	1
6 – Cumprimento da lei	0,50	44	3	1
7 – Acesso à justiça civil	0,59	26	2	1
8 – Eficácia da justiça criminal	0,55	31	2	1



Senegal

O país está em posição intermediária no grupo de países de baixa renda, na maioria das dimensões do Estado de Direito. Apesar de os mecanismos que limitam o Executivo serem fracos, com preocupações particularmente grandes na questão da separação dos Poderes. Nessa categoria, o Senegal se classifica em 51º lugar no *ranking* mundial e 11º no *ranking* de países de renda média-baixa, por causa da força excessiva do Executivo, em relação aos demais poderes. Outra área que requer maior atenção é a de “transparência e segurança jurídica”, em que o país se posiciona em 62º lugar, em 66 países pesquisados. O país tem um histórico moderado na proteção de direitos fundamentais (38º lugar no mundo e 3º na região). O país apresenta um nível moderado de preocupação.

Senegal: Cidades pesquisadas: Dakar, Thies e Diourbel

Fatores para medir o Estado de Direito	Índice de 0 a 1	Ranking mundial 66 países pesquisados	Ranking regional 9 países pesquisados	Ranking 16 países renda média-baixa
1 - Poderes limitados dos governos	0,45	51	5	11
2 - Ausência de corrupção	0,50	37	2	7
3 - Ordem e segurança	0,73	36	1	6
4 - Direitos fundamentais	0,62	38	3	5
5 - Governo aberto	0,31	62	6	14
6 - Cumprimento da lei	0,52	39	2	6
7 - Acesso à justiça civil	0,52	43	5	5
8 - Eficácia da justiça criminal	0,46	46	5	7

Camarões

O país está mal posicionado no *ranking* regional e no *ranking* de países de renda média-baixa, na maioria das categorias que definem o Estado de Direito. Camarões enfrenta diversos desafios em termos de controle do governo e funcionamento das instituições públicas. Os mecanismos de controle e equilíbrio dos Poderes são fracos (62º lugar no mundo e de segundo a último na região) e a corrupção é predominante (64º lugar, em 66 países pesquisados). O sistema de Justiça civil é lento e sujeito a influências políticas. Os direitos fundamentais nem sempre são respeitados na prática. Restrições à liberdade de assembleia, opinião e expressão, bem como violações aos direitos trabalhistas, são fontes de preocupação. Embora o ponto mais forte de Camarões, em comparação com outros países da região, seja a baixa taxa de criminalidade, os abusos policiais, a oclocracia (situação em que as instituições ficam ao sabor da irracionalidade das multidões), a atuação da justiça paramilitar e as más condições das instituições correcionais são áreas que necessitam de maior atenção das autoridades e da sociedade.

**Camarões: Cidades pesquisadas: Douala, Yaoundé e Bamenda**

Fatores para medir o Estado de Direito	Índice de 0 a 1	Ranking mundial 66 países pesquisados	Ranking regional 9 países pesquisados	Ranking 16 países renda média-baixa
1 – Poderes limitados dos governos	0,36	62	8	15
2 – Ausência de corrupção	0,24	64	9	15
3 – Ordem e segurança	0,66	46	2	10
4 – Direitos fundamentais	0,48	57	7	13
5 – Governo aberto	0,31	63	7	15
6 – Cumprimento da lei	0,44	57	6	14
7 – Acesso à justiça civil	0,42	61	8	14
8 – Eficácia da justiça criminal	0,37	58	8	13

Nigéria

O país está mal posicionado em quase todos os fatores que medem a efetividade da Justiça e respeito ao Estado do Direito no mundo. Os mecanismos de controle do Poder Executivo e o equilíbrio entre os Poderes funcionam relativamente melhor do que em outros países da África Subsaariana, mas a corrupção é predominante. A Nigéria é afetada por conflitos civis e violência política (58 lugar, em 66 países). A criminalidade e a atuação da justiça paramilitar são problemas sérios (50º lugar no mundo), o que coloca o país em último lugar no mundo e de terceiro a último na região.

Nigéria: Cidades pesquisadas: Lagos, Kano e Ibadã

Fatores para medir o Estado de Direito	Índice de 0 a 1	Ranking mundial 66 países pesquisados	Ranking regional 9 países pesquisados	Ranking 16 países renda média-baixa
1 – Poderes limitados dos governos	0,50	44	3	10
2 – Ausência de corrupção	0,41	52	5	11
3 – Ordem e segurança	0,54	63	9	14
4 – Direitos fundamentais	0,49	55	6	11
5 – Governo aberto	0,34	59	4	13
6 – Cumprimento da lei	0,46	50	4	11
7 – Acesso à justiça civil	0,57	34	3	2
8 – Eficácia da justiça criminal	0,41	53	7	11

Etiópia



Em comparação com outros países de baixa renda, o país está em uma posição intermediária em todos os *rankings* deste estudo, no que se refere à incorporação dos princípios do Estado de Direito. Os mecanismos de controle do governo são muito fracos pelos padrões regionais (63º lugar no mundo e de segundo a último entre os países de baixa renda) e a corrupção é considerável (44º lugar no mundo, 2º na região). Os direitos de propriedade são considerados fracos (64º lugar). O desempenho dos órgãos reguladores e dos tribunais são sofríveis, mas comparáveis ao de outros países da região. A Etiópia tem uma liberdade de expressão, bem como de detenções ilegais e de violações do devido processo legal.

Etiópia: Cidades pesquisadas: Adis Abeba, Dire Dawa e Mek'ele

Fatores para medir o Estado de Direito	Índice de 0 a 1	Ranking mundial 66 países pesquisados	Ranking regional 9 países pesquisados	Ranking 8 países de renda baixa
1 - Poderes limitados dos governos	0,33	63	9	7
2 - Ausência de corrupção	0,47	44	4	2
3 - Ordem e segurança	0,60	54	4	5
4 - Direitos fundamentais	0,39	65	9	8
5 - Governo aberto	0,34	60	5	5
6 - Cumprimento da lei	0,38	62	7	5
7 - Acesso à justiça civil	0,52	42	4	2
8 - Eficácia da justiça criminal	0,42	50	6	8

Uganda

Os mecanismos de limitações ao Executivo são considerados fracos no país (54º lugar no mundo e 4º entre os países de baixa renda). Os órgãos administrativos são ineficientes e corruptos. A proteção aos direitos individuais é considerada fraca (61º lugar em 66 países). Os conflitos civis e a violência policial são dois dos grandes problemas do país. Os tribunais, embora sejam relativamente independentes, têm poucos recursos e são inacessíveis à maioria dos cidadãos.



Uganda: Cidades pesquisadas: Kampala, Wakiso e Mukono

Fatores para medir o Estado de Direito	Índice de 0 a 1	Ranking mundial 66 países pesquisados	Ranking regional 9 países pesquisados	Ranking 8 países de renda baixa
1 - Poderes limitados dos governos	0,41	54	6	4
2 - Ausência de corrupção	0,33	56	6	3
3 - Ordem e segurança	0,56	59	6	7
4 - Direitos fundamentais	0,42	61	8	6
5 - Governo aberto	0,41	51	3	2
6 - Cumprimento da lei	0,46	53	5	3
7 - Acesso à justiça civil	0,46	55	6	3
8 - Eficácia da justiça criminal	0,48	42	4	4

Quênia

O país ocupa o 61º lugar no mundo em limites ao Executivo. Isso pode ser atribuído, em parte, à inabilidade do Legislativo e do Judiciário de acionar os mecanismos de controle do Executivo. A corrupção está alastrada e o sistema para fazer cumprir a lei é ineficaz (de segundo a último na região). O acesso à justiça civil e criminal é limitado. A falta de abertura do governo e de respeito aos direitos fundamentais são outras áreas de preocupação.

Quênia: Cidades pesquisadas: Nairobi, Mombaça e Nakuru

Fatores para medir o Estado de Direito	Índice de 0 a 1	Ranking mundial 66 países pesquisados	Ranking regional 9 países pesquisados	Ranking 8 países de renda baixa
1 - Poderes limitados dos governos	0,36	61	7	6
2 - Ausência de corrupção	0,26	63	8	7
3 - Ordem e segurança	0,56	58	5	6
4 - Direitos fundamentais	0,52	52	5	5
5 - Governo aberto	0,29	64	8	7
6 - Cumprimento da lei	0,37	63	8	6
7 - Acesso à justiça civil	0,44	59	7	5
8 - Eficácia da justiça criminal	0,49	41	3	3

Libéria

As pontuações da Libéria refletem os recentes avanços alcançados pelo país em seu sistema de



limitações ao Executivo e equilíbrio entre os Poderes. O país se posiciona relativamente bem na área de controle do governo (2º lugar entre os países de baixa renda). Entretanto, a falta de sanções para punir a má administração é uma preocupação. A Libéria supera outros países da região na proteção de liberdades básicas. Mas a qualidade dos órgãos da administração pública e do Judiciário (posicionados na parte mais baixa dos *rankings*) é prejudicada pela falta de recursos e pela corrupção generalizada. O país se posiciona em último lugar no *ranking* mundial em “limitações ao Executivo” e “cumprimento das leis”, e penúltimo lugar em “eficácia da Justiça criminal” e “acesso à Justiça civil”.

Libéria: Cidade pesquisada: Monróvia				
Fatores para medir o Estado de Direito	Índice de 0 a 1	Ranking mundial 66 países pesquisados	Ranking regional 9 países pesquisados	Ranking 8 países de renda baixa
1 – Poderes limitados dos governos	0,50	45	4	2
2 – Ausência de corrupção	0,27	62	9	6
3 – Ordem e segurança	0,56	60	9	8
4 – Direitos fundamentais	0,61	41	4	2
5 – Governo aberto	0,14	66	9	8
6 – Cumprimento da lei	0,22	66	9	8
7 – Acesso à justiça civil	0,35	65	9	8
8 – Eficácia da justiça criminal	0,30	65	9	8

Date Created

06/01/2012